

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

ALINE FRANCIELLE FARIA DOS SANTOS MENDES
FERNANDA SIMÕES ROCHA

BASES FORMATIVAS DO PEDAGOGO SOCIAL: RELAÇÕES ENTRE OS
PRINCIPAIS CURSOS DE PEDAGOGIA DE CURITIBA E A POLÍTICA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CURITIBA

2013

ALINE FRANCIELLE FARIA DOS SANTOS MENDES
FERNANDA SIMÕES ROCHA

BASES FORMATIVAS DO PEDAGOGO SOCIAL: RELAÇÕES ENTRE OS
PRINCIPAIS CURSOS DE PEDAGOGIA DE CURITIBA E A POLÍTICA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Pedagogo no curso de
graduação em Pedagogia , Setor de Educação
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Doutora Valéria Floriano
Machado.

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE FRANCIELLE FARIA SANTOS MENDES

FERNANDA SIMÕES ROCHA

BASES FORMATIVAS DO PEDAGOGO SOCIAL: RELAÇÕES ENTRE OS CURSOS
PIONEIROS DE PEDAGOGIA DE CURITIBA E A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagogo no curso de graduação em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Doutora Valéria Floriano Machado

Orientadora – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná,
UFPR.

Profa. Doutora Sonia Guariza Miranda

Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, UFPR

Curitiba, 13 de Dezembro de 2013.

*A todos os Pedagogos Sociais e Educadores Sociais, que diariamente são
desafiados à prática da educação não formal na Assistência Social.*

AGRADECIMENTOS, POR FERNANDA

Primeiramente a Deus, por me abençoar e iluminar durante estes cinco anos na graduação.

Aos meus pais, agradeço a vocês pela educação que me proporcionaram e pelas melhores aulas para escola da vida que alguém poderia dar. Pai, obrigada pela infinita paciência comigo, sei que muitas vezes testei seu limite, obrigada por todas as vezes que me buscou tarde na faculdade, saindo do seu conforto após o dia de trabalho para que eu não voltasse de ônibus. Mãe, obrigada por incansavelmente enxugar minhas lágrimas, me dar colo, me abraçar forte nos momentos mais difíceis da graduação e da vida, por sempre escutar meus desabafos e por não me deixar desistir do meu sonho. A vocês minha eterna gratidão. Amo vocês infinitamente.

Aos meus irmãos, por estarem sempre torcendo por mim. Thaís, não tenha dúvida de que se eu for 1/3 como você é profissionalmente, serei uma grande professora. Rafael, obrigada pelo seu carinho, puro, inocente e pelo jeito Rafa de ser. Wagner, você é cunhado, mas é como um irmão, sem algumas das suas dicas acadêmicas algumas coisas seriam muito mais difíceis.

Às minhas avós Nilva e Lila, e a Tia Lu, sempre torcendo por mim, do jeito mais carinhoso que se pode imaginar. Obrigada por sempre me oferecerem as melhores guloseimas por me acharem muito magrinha durante essa caminhada acadêmica.

A minha madrinha Cláudia, por predizer as palavras mais sábias do Senhor, sempre na hora e no momento certo. Você também será uma grande Pedagoga.

A Aline, por aceitar escrever o TCC comigo com esse tema tão difícil e quase não pesquisado. Lembro-me do dia que fiz o convite e fiquei lisonjeada com o seu sim. Nós duas sabíamos a importância desta pesquisa e que seria um desafio grande, porém muito gratificante.

A professora Valéria Floriano, por aceitar orientar esse trabalho. Muito obrigada por sua paciência e dedicação.

A coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná, Maria Iolanda e a professora que rege as aulas de Pedagogia em espaços não escolares, Maria Francisca, por disponibilizarem seu precioso tempo para contribuir com este trabalho.

As irmãs-amigas que a vida me deu, que me escutaram, aconselharam, foram as melhores companheiras nessa minha jornada e que também me fizeram rir e chorar nas suas formaturas. Patrícia, foi Deus que colocou você no meu caminho, não tenho dúvida que é pela mão Dele nossa amizade, Ninivi (Cumadi), a prova de que amizade verdadeira nasce e nunca morre, Scarleth, de educanda a amiga, meu orgulho, tão nova, mas com maturidade que mulher de quarenta não tem e Bárbara, com seu jeito moleca, alegre e que cativa, minha companheira de alguns almoços reflexivos sobre “tudo”.

As minhas amigas de curso: Aline, Débora, Camila, Andressa e Elis, vocês serão excelentes profissionais, obrigada pela parceria de sempre, inclusive pelas pizzas com coca-cola da Clock, fritas do Come- Come, e pela festa surpresa dentro da sala de aula que nunca vou esquecer.

A todos os servidores do CRAS Aurora Formosa, meu local de trabalho há sete anos, aonde aprendi e aprendo muito todos os dias. Manira, Cris, Claudinha, Marcela, Leila, Cleide, Sandrinha, Leo, Márcia, Reje, Elaine, Gean, Luiz e Karla, de coração, obrigada por me ensinarem e cuidarem de mim.

Aos “meus doutores” em Assistência Social: Kátia, obrigada pela amizade e carinho e por ser responsável pelos 99% dos ensinamentos e conhecimentos que sei sobre a Assistência Social. Sidney, obrigada pela amizade e por ser a pessoa mais sábia e justa que eu conheço, aprendi e aprendo muito com você. Roseane, obrigada pela amizade e principalmente pela sua calma que me acalmou nos meus momentos de stress no fim desse TCC, sua honestidade, clareza, profissionalismo, paciência e carinho me inspiram.

AGRADECIMENTOS, POR ALINE

Primeiramente a Deus, que tem me iluminado e me abençoado no decorrer destes cinco anos de luta.

Aos meus pais, Daniel e Silene, por acreditarem no meu sonho, por acreditarem e mim, estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis. Amo vocês!

Ao meu irmão, Eduardo, que sempre me deu apoio, torceu por mim, sempre com seu jeitinho, me mostrando o incomparável amor fraterno!

Ao meu esposo, que compartilhou cada momento deste Curso de Pedagogia, que chorou comigo, que sorriu, que me deu apoio, amor, possibilitando que eu chegasse até aqui!

A Fernanda, por aceitar o desafio de escrever esse TCC comigo, buscando mais espaços para o Pedagogo, na área social.

A professora Valéria Floriano, por ser orientadora desse trabalho. Muito obrigada por sua paciência e dedicação.

A professora Sonia Guariza Miranda, por aceitar fazer parte da nossa Banca Avaliadora.

“ A Pedagogia Social entrelaça teoria e prática: ela não é uma nem outra, mas práxis, teoria enriquecendo as práticas pedagógicas e práticas concentrando teoria. Assim, a Pedagogia Social não mora na universidade, nem está apenas localizada no trabalho do dia-a-dia dos educadores sociais, mas existe no diálogo entre elas.”

Sanna Ryyänänen

RESUMO

A Formação do Pedagogo Social no Brasil ainda é um assunto pouco abordado na formação acadêmica. O Parecer CNE/CP nº 5/2005 regulamenta o currículo atual para os cursos de Pedagogia no Brasil, este parecer determina que além da atuação do Pedagogo em espaços escolares, também deve ter a formação para atuação em espaços e contextos não escolares. Este trabalho teve como objetivo analisar as bases formativas do Pedagogo Social das duas principais Universidades de Curitiba que foram pioneiras na oferta do curso de Pedagogia em Curitiba. Primeiramente analisou-se a grade curricular dos cursos pesquisados, verificando se havia disciplina que contemplasse o tema *Pedagogia em espaços não escolares*. Na primeira parte da pesquisa, foi feita a comparação de grade curricular. Na segunda etapa da pesquisa, a partir da consulta ao Projeto Político Pedagógico – PPP verificamos se na ementa das disciplinas havia menção ao estudo da Pedagogia Social. Desta forma, foi possível perceber através dessa pesquisa que a Pedagogia Social tem ampliado seu campo de atuação, mas a formação dos profissionais dessa área e a definição de suas atribuições ainda se encontram em processo de construção, dado que os Cursos de Pedagogia e as Políticas Públicas na área da Assistência Social não possuem definições claras a esse respeito.

Palavras-Chave: Pedagogo Social; Educação não Escolar; Currículo; Assistência Social.

ABSTRACT

The Social Pedagogue Training in Brazil is still a subject rarely approached in academic training. The Parecer CNE / CP n°. 5/2005 regulates the current curriculum for courses in Pedagogy in Brazil, this opinion states that beyond the role of pedagogue in school spaces, must also have the training to work in spaces in non-school contexts. This study aimed to analyze the formative foundations of Social Pedagogue in the three major universities in Curitiba that provide the pedagogy course. First we analyzed the curriculum of the courses surveyed, checking if there was discipline that approached the theme Pedagogy in non-school spaces. In this first part of the survey , which was only compared the curriculum. In the second stage of the research we contacted the institutions surveyed for consulting the Project Political Pedagogue - PPP and check if the menu was no mention of disciplines to the study of Social Pedagogy. So, it was revealed through this research that the Social Pedagogy has expanded its field of activity , but the training of professionals in this area and defining its duties are still in the construction process, given that the courses Pedagogy and Public Policy in the area of social assistance do not have clear definitions in this regard.

Keywords: Social Educator. No school education. Curriculum. Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CFE – Conselho Federal de Educação

CIT – Comissão Intergestores Triparte

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CP – Conselho Pleno

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Infantil

FAS – Fundação de Ação Social

IES – Instituições de Ensino Superior

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes de Bases da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOBRH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPP – Projeto Político Pedagógico

PUC Pr – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SIEF – Séries Iniciais do Ensino Fundamental

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA	16
2.1. PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA	22
2.2. NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LIMITES E DESAFIOS.....	35
3.O CURRÍCULO DOS TRÊS CURSOS DE PEDAGOGIA PIONEIROS NA CIDADE DE CURITIBA: A PEDAGOGIA NÃO ESCOLAR ESTÁ CONTEMPLADA?	42
3.1. FORMAÇÃO DO PEDAGOGO SOCIAL	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERENCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Durante muitas décadas o Pedagogo teve seu trabalho inserido somente no campo escolar, mas atualmente sua atuação ultrapassa o ambiente escolar. As Diretrizes Curriculares (CNE/CP Parecer 05/2005) para os cursos de Pedagogia no Brasil apontam que os projetos políticos pedagógicos dos cursos devem abordar a temática dos espaços não escolares.

Durante o curso de Pedagogia somente as disciplinas Função Social do Pedagogo, com carga horária de 30 horas, e Trabalho do Pedagogo em Espaços Não-Escolares, com carga horária de 90 horas, contemplaram em suas ementas a atuação do Pedagogo em Espaços não escolares. A disciplina de Função Social do Pedagogo, faz uma explanação histórica da pedagogia, abordando brevemente a conjuntura atual da função pedagogo. Durante estes cinco anos de graduação algumas optativas foram disponibilizadas durante a nossa formação acadêmica, porém, somente uma, durante nosso período de formação (2009 -2013) contemplou a área não escolar, Pedagogia em Ambientes Hospitalares.

O interesse em pesquisar sobre o tema deste trabalho surgiu através de um artigo para ser entregue para a disciplina de Trabalho Pedagógico em Espaços Não Escolares do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e também incitado pela nossa experiência profissional como Educadoras Sociais da Fundação de Ação Social - FAS de Curitiba. Neste trabalho, temos contato direto com Pedagogos que atuam na área da Pedagogia Social e por sermos estudantes de Pedagogia nosso interesse pelo trabalho do Pedagogo na Assistência Social tornou-se ainda maior. Desde então, começamos a amadurecer a idéia para que o tema do nosso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC envolvesse o trabalho do Pedagogo, a Pedagogia não escolar e a Pedagogia Social.

Estes dois fatores e a junção de não encontramos nenhum pesquisador no departamento de educação que estudasse profundamente a Pedagogia Social na área da Assistência Social colocou como ideal o estudo deste tema para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso, pois em nossa experiência profissional vemos a

importância do trabalho do Pedagogo na Assistência Social. Primeiramente, pretendíamos analisar a representação social do Pedagogo trabalhador da Fundação de Ação Social de Curitiba, mas devido aos impedimentos decorrentes da solicitação de um parecer do Comitê de Ética pela Fundação de Ação Social para realização de entrevistas e questionários com os pedagogos para coleta de dados, e pela inexistência do mesmo no Setor de Educação, nosso objeto de estudo tornou-se inviável para a pesquisa.

Neste trabalho buscamos identificar a atuação e/ou função do Pedagogo em um espaço não escolar, mais precisamente o trabalho do Pedagogo que está inserido na Assistência Social, o que é chamado de Pedagogia Social. Para isso, analisaremos os currículos dos primeiros cursos de Pedagogia, criados no município de Curitiba, e se estes abordam a Pedagogia Social.

Ao realizarmos contato com as Universidades, só tivemos retorno das instituições Universidade Federal do Paraná, que disponibiliza seu PPP via site do curso e da Universidade Tuiuti do Paraná, que disponibilizou por meio de visita à instituição. A Pontifícia Universidade Católica do Paraná não forneceu o material para pesquisa, pois está em processo de reformulação do PPP e não teriam o documento vigente para pesquisa local, levando em conta essa situação, foram analisadas as ementas da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Tuiuti do Paraná

No primeiro capítulo fizemos uma breve história dos cursos de Pedagogia no Brasil, estabelecendo assim uma relação com o contexto histórico da Pedagogia Social e a necessidade dela na Assistência Social. No segundo capítulo analisamos os projetos políticos pedagógicos dos três pioneiros cursos de Pedagogia do município de Curitiba e verificamos como estes abordam a Pedagogia Social nos seus currículos.

Como referências para abordagem do curso de Pedagogia, histórico, currículo e o trabalho do Pedagogo em espaços não escolares e a Pedagogia Social buscamos trabalhar com autores atuais que fazem a discussão desse tema como BRZENZINSKI, LIBÂNEO, PIMENTA, que estudam sobre o Pedagogo e sua

formação, que necessita de atualização constante, também com MACHADO, GOHN, ZUCCHETTI¹, que estudam sobre a Pedagogia Social no Brasil, seus avanços e limites, sobre a delimitação de seu campo de trabalho, além do movimento de construção de identidade desse profissional através de um processo de construção de suas bases teóricas, políticas e práticas. Nesse sentido, foram analisados também os documentos nacionais que regem o curso de Pedagogia no Brasil. Para análise do perfil do Pedagogo na Assistência Social utilizamos, como fonte primária, os documentos nacionais que norteiam os trabalhos da Assistência Social no Brasil e fizemos um breve histórico da Assistência Social no Brasil tomando como referência alguns trabalhos de profissionais de Assistência Social², vale salientar que nosso objetivo não é aprofundar acerca dos aspectos históricos, mas sim fornecer uma breve apresentação para poder se compreender a inserção do Pedagogo dentro da Assistência Social. Entendemos que Paulo Freire fornece instrumentos para analisarmos a esfera de atuação da pedagogia em espaços não escolares.

¹ BRZEZINSKI, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. GOHN, M. G. Educação não formal na Pedagogia Social. MACHADO, E. M. A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio-comunitária. LIBÂNEO, J. C. ; PIMENTA, S. G. Formação dos Profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S. G. Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. S. G. Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. ZUCCHETTI, D. T. A pedagogia social e as racionalidades do campo socioeducativo.

² BENELLI, S. J. ; COSTA-ROSA, A. da. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. LONARDON, E. ; GIMENES, J. G. ; SANTOS, M. L. dos ; NOZABIELLI, S. R. O processo de afirmação da assistência social como política social. PASTOR, M. A. democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. VAITSMAN, J. A. ; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Trataremos neste primeiro capítulo sobre a institucionalização do curso de Pedagogia no Brasil, trazendo em alguns momentos da história do Brasil que são considerados importantes para demarcar como este curso foi inserido, e seus conhecimentos rotinizados, nas universidades brasileiras.

O primeiro documento nacional que regulamenta diretrizes para o curso de Pedagogia no Brasil data do ano de 1939, o Decreto – Lei 1.190/1939 instituído pelo então presidente Getúlio Vargas trata da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, situada na cidade do Rio de Janeiro, tal decreto determinava as seguintes finalidades para a Faculdade (BRZENZINSKI):

“a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino” (Decreto-lei 1.190/1939)

Os cursos eram separados em ordinários e extraordinários e por cinco seções de saber; seção de filosofia, seção de ciências, seção de letras, seção de pedagogia e uma seção especial de didática. Os cursos tinham por objetivo a formação de bacharéis e licenciados, no sistema que ficou conhecido como “esquema 3+1”³:

Segundo BRZEZINSKI (2000, p.44), o curso era organizado da seguinte forma: primeiramente concentravam-se os estudos nos conteúdos específicos relacionados com cada bacharelado, depois, eram feitos os estudos de conteúdos pedagógicos no curso de didática.

O curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel com conteúdos específicos para os fundamentos e teorias educacionais e também de licenciatura para os que cursassem mais um ano de Didática e Prática de Ensino, este molde

³ O sistema 3+1 era destinado aos cursos de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Na primeira parte do curso eram formados os bacharéis, que cursavam 3 anos do curso escolhido. Caso quisessem complementar para serem professores, deveriam cursar mais 1 ano da matéria de didática.

para curso de Pedagogia separava o campo da ciência Pedagogia do conteúdo da Didática, o licenciado em Pedagogia poderia lecionar as disciplina de Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário (PARECER CNE/CP nº.5/2005)

O bacharelado em Pedagogia formava o técnico⁴ em educação e a licenciatura em Pedagogia dava o foco para a atuação no magistério, causando uma dicotomia entre o licenciado e o bacharel. Na formação de bacharel em Pedagogia havia disciplinas que também eram aplicadas na formação de licenciatura, nesse sentido quando o aluno era bacharel em qualquer um dos outros cursos da Faculdade Nacional de Filosofia faria o curso de didática completo para acrescentar a licenciatura, já o bacharel em Pedagogia era contemplado pelo art. 58 do Decreto-lei 1.190/39 que não os obrigava a freqüentar as disciplina que já havia estudado no curso de bacharel em Pedagogia.

Entre os anos de 1940 e 1950⁵ e início dos anos 60⁶, o Brasil passou por um período de modernização, onde se apostava em um desenvolvimento educacional para um grande avanço tecnológico no nosso país, nesse período, o Brasil passou por importantes conflitos internos políticos como: participação apoiando os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e a queda do então presidente Getúlio Vargas em 1945 pelo golpe militar, dando fim a então denominada Era Vargas, um regime autoritário e centralizador, que volta a ser eleito presidente em 1951, desta vez tendo que optar pelo regime democrático.

Do segundo mandato de Getúlio Vargas em 1951, até o ano de 1960 não houve legislação alguma que alterasse ou modificasse o curso de Pedagogia no

⁴ De acordo com Libâneo e Pimenta (2011), técnicos em educação seriam os profissionais destinados às funções não docentes do setor educacional.

⁵ Durante os anos de 1934-1945, Gustavo Capanema foi Ministro da Educação. Em sua gestão criou o plano nacional de educação com uma visão mais modernista do sistema educacional. Ver SCHWARTZMAN, Simon (1984, p79-86 e 182-188)

⁶ Ver Fausto (2001, p. 201-243)

Brasil. Foi então que em 1961, pelo então presidente do Brasil João Goulart foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 4.024/1961 e com o parecer nº 251/1962 regulamenta novamente o curso de Pedagogia no Brasil, ainda no esquema “3+1” (BRZENZINSKI)

Mantinha-se, assim, a dualidade, bacharelado e licenciatura em Pedagogia, ainda que, nos termos daquele Parecer, não devesse haver ruptura entre conteúdos e métodos, manifesta na estrutura curricular do esquema “3+1” (PARECER CNE/Cp n 5/2005, p. 3)

Para PIMENTA e LIBÂNEO (2011), o que faltou no parecer nº 251/62 foi regulamentação da profissão do pedagogo, no que diz respeito a formação de técnicos de educação para um campo de trabalho inexistente, estes autores relatam que:

No Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia de 1967 estudantes de Pedagogia já recomendavam, também a criação, em caráter efetivo, de cargos e funções para suprir através de licenciados em Pedagogia as necessidades educacionais da realidade brasileira, tais como: planejamento educacional, TV educativa, educação de adultos, formulação de uma filosofia da educação, reformulação de política educacional, educação de excepcionais, desenvolvimento de recursos humanos, atividades comunitárias, avaliação de desempenho em escolas e empresas, administração pessoal, educação sanitária” (PIMENTA e LIBÂNEO, p.21)

Ou seja, nessa época o Pedagogo já era aceito além do espaço escolar, porém neste novo documento de 1962, ainda era indicado como professor para os cursos normais, profissional destinado as funções não docentes do setor educacional, técnicos de educação ou especialistas de educação e futuramente mestre primário e nível superior, mas os próprios estudantes de Pedagogia já apontavam que deveria haver mudanças quanto ao campo de atuação deste profissional pra além do espaço escolar.

Não só os estudantes de Pedagogia estavam insatisfeitos com a legislação Universitária no Brasil, era geral tal insatisfação com o ensino superior no Brasil que foi evidenciada pelas passeatas de estudantes nas principais cidades do país, então

o Governo ouviu as sugestões destes que apontavam uma reformulação no ensino superior do Brasil, em julho do ano de 1968 foi estudado esta reformulação e em novembro do mesmo ano o então presidente General Costa e Silva sancionou a lei 5.540/1968 15 dias antes do Ato Institucional nº5, dando autonomia as universidades, mas também controlando os estudantes que conseguiram mobilizar outros segmentos da sociedade civil contra o regime militar (CUNHA, 1988), (BRZEZINSKI, 2000)

“ A Lei da Reforma Universitária nº 5.540 de 1968, facultava à graduação em Pedagogia, a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração, e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho” (PARECER/CP nº5/2005, p.3)

A Lei 5.540/1968 definia a formação de técnicos em educação, em razão disso, em 1969 definido pelo Parecer CFE nº 252 e Resolução nº 2 que dispunham sobre a organização do curso de Pedagogia, assegurando a obtenção do título de especialista mediante complementação de estudos, a resolução determinava a “formação de professores para o ensino normal e a de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção.”

PIMENTA e LIBÂNEO (2011), BRZEZINSKI (2000) apontam as críticas ao curso de Pedagogia de 1969 por formar um profissional tecnicista ⁷e esta estrutura mudou somente com a promulgação da LDB de 1996, ou seja os moldes que temos atualmente na formação do Pedagogo tem pouco mais de uma década⁸.

⁷ Segundo LIBANEO e PIMENTA (2011), o tecnicismo na educação é a divisão técnica do trabalho na escola, ou seja, separação entre o pedagogo especialista e o trabalho docente.

⁸ O parecer 252/1969 continuou, assim como nos pareceres anteriores, focando na formação tecnicista, com a formação do orientador educacional, do supervisor escolar, do administrador escolar, do inspetor escolar em nível graduação em Pedagogia, secundarizando a formação do professor das disciplinas pedagógicas da escola normal, ver Brzezinski (2000, p.184)

SILVA (2000) indica quatro períodos importantes para discussão do curso de Pedagogia; o Primeiro que vai de 1939 a 1972⁹; o Segundo que vai de 1973 a 1977; o Terceiro que vai 1978 a 1999; e o quarto que inicia em 1999 e vem até hoje. Vamos fazer um breve relato do penúltimo período para entender como está o currículo hoje.

Somente em 1999 começa a se pensar um novo currículo para o curso de Pedagogia, e são criados os Institutos Superiores de Educação (Curso Normal), através da Resolução CNE/CP nº1, de 30/09/99 que retiraria a formação de professores do curso de Pedagogia e neste mesmo momento dá a criação além do curso normal o também curso normal superior para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, no mesmo ano em novembro, o Parecer CNE/CES nº 970 de 30/11/99 retira do curso de Pedagogia a docência das séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil e destaca que o foco do curso de Pedagogia seria desde seu início a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, supervisão e orientação educacional e que a docência teria sido implementada para suprir uma demanda histórica¹⁰ de formação, o que é justificado por este trecho da Resolução:

“Neste Parecer a importância da criação dos Institutos Superiores de Educação e dos cursos Normais Superiores foi justificada em termos da necessidade de uma profunda renovação da formação inicial dos professores para a educação básica, a qual deveria ser feita em cursos profissionais específicos, com projetos pedagógicos próprios, eliminando-se portanto, a possibilidade de que a Licenciatura fosse oferecida de forma regular como mero adendo de matérias pedagógicas a um curso organizado como bacharelado. Inversamente não se deveria também conceber que a formação para o magistério nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental – SIEF e da Educação Infantil – EI fosse oferecida como mero adendo aos

⁹ Este período compreende as três regulamentações fundamentais para o curso de Pedagogia o Decreto 1.190, o Parecer CFE nº 251/62 e o Parecer CFE 252/69.

¹⁰ A licenciatura dentro do curso de Pedagogia aconteceu por uma necessidade histórica da formação de professores para o ensino primário. Ver Silva (2011, p 131- 154)

cursos regulares de pedagogia, cuja finalidade é outra”. (Parecer CNE/CES nº970/99)

O Decreto de nº. 3.554/2000 modifica essa exclusividade da formação do magistério para os Institutos de Ensino Superior, com a substituição da palavra exclusivamente para preferencialmente, dessa forma reforçou o curso de Pedagogia como uma licenciatura (RIBEIRO e MIRANDA).

Manteve-se a licenciatura no curso de Pedagogia, e em 2003 o Conselho Nacional de Educação começa a realizar estudos para a construção de novas Diretrizes para o Curso de Pedagogia. Em 13/12/2005 foi aprovado o Parecer CNE/CP nº 5/2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Este Parecer, que atualmente rege os cursos de Pedagogia, retrata o Pedagogo como docente para trabalhar com crianças, jovens e adultos, e também dá uma amplitude em uma gama de habilitações para além da docência, a realidade que pretende intervir estas novas diretrizes vai muito além do campo escolar, segundo o próprio parecer oferecer diversas ênfases aos graduandos do curso de pedagogia, entre elas:

“a educação na cidade e no campo; a educação dos povos indígenas; a educação dos remanescentes de quilombos; a educação das relações étnico-raciais; inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas a educação; atividades educativas em instituições não escolares, comunitárias e populares” (Parecer CNE/CP nº5/2005)

É esta parte do Parecer nº5/2005 que queremos dar destaque ao nosso trabalho, a parte em que amplia o trabalho do Pedagogo fora do ambiente escolar, assim como já haviam destacado os estudantes de Pedagogia em 1967, onde no Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia também recomendava criação de cargos e funções para suprir através do licenciado em Pedagogia necessidades educacionais da realidade brasileira.

A atuação do Pedagogo em espaços não escolares é algo novo para o Parecer nº5/2005, mas já apontado há mais de 40 anos por estudantes do curso de Pedagogia, desta forma vemos como avanço a visão da atuação do Pedagogo neste novo campo, mas que precisa ainda ser muito estudadas cada uma de suas habilitações dispostas nesse novo parecer, nesse sentido queremos explorar no espaço não escolar, a Pedagogia Social, focando o trabalho especificamente na atuação do Pedagogo na Assistência Social.

2.1. PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA

Iremos abordar neste sub capítulo o histórico da Pedagogia Social no Brasil, para isso é necessário destacar que abordaremos primeiramente o Assistente Social e sua profissão e depois o Pedagogo, pois quem se insere no contexto da Assistência Social é o Pedagogo.

A princípio, para melhor compreensão do lugar ocupado pela Pedagogia Social no Brasil, precisamos, primeiramente, diferenciar o profissional Assistente Social do profissional Pedagogo.

O Pedagogo é um profissional que tem como principal objeto de trabalho a socialização dos conhecimentos científicos relacionados à área em que está atuando, possibilitando um processo de apropriação do saber do educando. Além disso, a natureza do trabalho desse profissional está centrada na definição, organização e a realização coletiva de projetos formativos, sendo articulador das diferentes práticas de ensino.

Porém, apesar da amplitude de seu campo de atuação, esse profissional ainda não possui regulamentação de sua profissão, existem apenas dois projetos de Lei (o Projeto de lei nº 4746 de 1998 na Câmara dos Deputados e de nº 196 de 2009 no Senado Federal) que propõem regulamentar o exercício da profissão de pedagogo, estabelecendo os limites ao exercício da profissão e delimitando atribuições específicas, inclusive no seu trabalho em espaços não-escolares, entre

as atividades que passariam a ser exclusivas do pedagogo com o advento da regulamentação estariam a elaboração e o acompanhamento de estudos, planos, programas e projetos da área de educação, ainda que não escolares; gestão educacional nas escolas e nas empresas de qualquer setor econômico; a administração, o planejamento, a inspeção, a supervisão e a orientação educacional nas escolas; o recrutamento, a seleção e a elaboração de programas de treinamento e projetos técnico-educacionais em instituições de diversas naturezas.

Da mesma forma, segundo a Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, constituem competências deste profissional:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (Brasil, 1993)

Partindo então do pressuposto de que ambas as profissões estão relacionadas quando falamos em educação em espaços não-escolares, principalmente na área da Assistência Social, podemos dizer que, a Pedagogia Social, como afirma ZUCCHETTI (2008), supera a lógica do bem-estar social para uma perspectiva complexa que se aproxima dos conceitos de qualidade de vida, desde intervenções e finalidades pedagógicas. Ambas, intervenções e finalidades, segundo a autora, promovem o desenvolvimento humano e a qualidade do viver. Neste sentido, podemos dizer que essas ações têm o objetivo de prevenir o risco social, fortalecer vínculos fragilizados, promovendo acesso aos direitos básicos e à autonomia.

Segundo MACHADO (2008: p. 8), o Pedagogo Social “é definido por dois âmbitos: pelo social, em função de seu trabalho, e pelo caráter interventivo de sua ação, cuja demarcação teórica persiste controvertida devido a ideologias, filosofia e visão antropológica”. Concluímos então que a Pedagogia Social é uma área de atuação que se encontra no limiar entre a Assistência Social e a Pedagogia, sendo que exige tanto alguns conhecimentos amplos com relação à Educação, que se encontram presentes nos Cursos de Graduação em Pedagogia, quanto determinadas especificidades relacionadas às Políticas Públicas de Assistência Social.

No Brasil, a Pedagogia Social se encontra em um processo de construção de suas bases teóricas e políticas, como afirma MACHADO (2009)

As referências às bases teóricas da Pedagogia Social no país estão se construindo gradativamente. Resultam da análise da própria prática que se consolida da correlação com as bases da educação escolar em diferentes níveis, de aportes teóricos provenientes de diferentes áreas, especialmente da Pedagogia, da Sociologia, da Psicologia e da Assistência Social, de pesquisas relacionadas à expansão da área no Brasil, da análise da história da Pedagogia Social e de estudos comparados sobre a área em diferentes contextos. É recente a problematização de pesquisas relacionando políticas públicas, formação e trabalho, ou seja, inserindo a formação e o trabalho na área sócio-pedagógica no contexto das políticas públicas nacionais.

Partindo desse pressuposto, percebemos que quando analisamos a formação em nível superior dos profissionais que atuam nessa área, as instituições que ofertam cursos de Pedagogia apresentam em seus currículos poucas referências ao Trabalho Pedagógico nos espaços não-escolares, campo onde a Pedagogia Social está inserida.

LONARDON, GIMENES, SANTOS & NAZABIELLI (2006), afirmam que, no Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Em contrapartida, Anísio Teixeira, ainda em 1929, após sua viagem aos Estados Unidos, onde foi aluno de John Dewey¹¹, na Universidade de Columbia, em relatório apresentado ao governador da Bahia, onde era Inspetor Geral do Estado, expressa sua preocupação com a necessidade de expansão do sistema escolar:

Porque a escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe media que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa, em estreita afinidade com o programa escolar, nas instituições destinadas a educar, no sentido mais lato da palavra... já não poderia ser a escola predominantemente de instrução de antigamente, mas fazer às vezes da casa, da família, da classe social e por fim da escola propriamente dita. (TEIXEIRA, 1962, p. 24).

¹¹ Encontro esse que marca a sua orientação filosófica e constitui-se o divisor de águas no seu pensamento sobre a educação. O relacionamento travado com John Dewey, na Universidade de Columbia, sendo seu aluno por um ano, foi responsável pela visão que Anísio Teixeira adota em relação à crença no ser humano e que se reflete em toda sua vida de educador. John Dewey é considerado um dos fundadores do movimento filosófico conhecido como pragmatismo americano. Viveu as grandes mudanças sociais, tecnológicas e o empenho por um sistema político democrático junto com George H Mead, Willian James e Charles S Pierce, co-fundadores da escola filosófica pragmatista, cujos princípios podem ser resumidos em três pontos: 1) o pensamento e a ação são elementos intrínsecos, ou seja, indivisíveis; 2) o mundo mesmo em movimento não é um complexo acabado e imutável; e 3) a inteligência humana proporciona a mudança das condições da experiência humana. (Para saber mais, ver CUNHA, 1998)

Neste contexto de construção de um novo projeto conservador de Estado, pelo então presidente Getúlio Vargas, ocorre um dos grandes marcos na Educação Brasileira: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi assinado por vinte e seis intelectuais do campo da educação brasileira, eles defendiam a reconstrução e o desenvolvimento do Brasil pela via do acesso à educação e por intermédio de uma escola pública, estatal, gratuita e de qualidade. Ele representou a aliança que esses intelectuais fizeram em torno deste princípio maior. Foi dirigido ao povo brasileiro e também ao governo em março de 1932 (TENORIO & SCHELBAUER, 2007).

Acontece também o primeiro movimento de regulamentação da Assistência Social no Brasil: a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, em 1938, sendo esse conselho o primeiro vestígio histórico de presença da assistência social formalizado no Estado brasileiro, ainda que fosse subsidiando as organizações que prestavam amparo social.

Outro grande marco, este na área da Assistência Social, intimamente relacionado a esse novo projeto de Estado, que se baseava no sentimento de patriotismo, principalmente no que diz respeito aos interesses sociais, foi a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, que tem seu início em 1942, marcada principalmente pela presença de mulheres e por um sentimento nacionalista, marcante na Era Vargas. Além disso, temos outro aspecto importante presente neste contexto, a LBA passa a assegurar estatutariamente sua presidência às primeiras damas da República, neste caso, Darcy Vargas, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo junto à assistência social e estendendo sua ação às famílias da grande massa não-previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas (LONARDON, GIMENES, SANTOS & NAZABIELLI, 2006). Pouco a pouco, essa instituição foi se afirmando na área da Assistência Social, aproximando-se às escolas de Serviço Social, em busca de apoio técnico, dado também ao fato de que essas escolas buscavam o reconhecimento do Serviço Social como profissão.

Neste sentido, podemos perceber como afirma MANNHEIM(1999), que, para governar uma nação, é necessário que suas lideranças dominem o uso das técnicas sociais. E o que seriam essas técnicas sociais? Segundo ele, elas seriam todos os

métodos de influenciar o comportamento humano de maneira que este se enquadre nos padrões vigentes de interação e organização sociais (FORACCHI & PEREIRA, 1964). Desta forma, no decorrer da história do Brasil, particularmente na Era Vargas, podemos perceber o uso dessas técnicas para definir os planos nacionais de intervenção nas diferentes áreas (educação, economia, etc.) da sociedade brasileira. Nesse caso, a construção de um projeto de Estado tão arraigado no amor pelo país e pelos símbolos nacionais que, mesmo sobre um processo ditatorial, a população continuava a admirar o referido governante e a segui-lo, pois se posicionava como um governo extremamente paternalista e de certa forma, até mesmo populista. Como exemplo da pluralidade de idéias desse período, podemos notar que Vargas conseguia, ao mesmo tempo, ser considerado o “pai dos pobres” e a “mãe dos ricos”. Não é tão simples assim, a idéia de populismo foi bastante estudada. O integralismo e o governo autoritário de Vargas tinham apoio da Igreja. Afora isso, entre as décadas de 20 a 40 ainda que o índice de analfabetismo fosse altíssimo, houve uma redução. (FAUSTO, 2001)

Em 1945, a queda de Getúlio Vargas foi seguida pela reestruturação do regime democrático no Brasil. Naquele mesmo ano, os cidadãos brasileiros voltaram às urnas para escolherem o seu próximo presidente. No entanto, as grandes transformações sociais e econômicas vividas na América Latina, a partir da década de 1930, trouxeram à tona uma diversidade de movimentos políticos e ideologias que ocasionaram maiores tensões ao cenário político brasileiro. O nacionalismo, os partidos comunistas, os grupos liberais fizeram do jogo político nacional uma delicada teia de interesses e alianças. Ao mesmo tempo, os processos de industrialização e urbanização fizeram com que os centros de disputa pelo poder saíssem das mãos das antigas e conservadoras elites agrárias e se “despedaçasse” entre profissionais liberais, operários, militares, funcionários públicos.¹²

Mas essa pluralidade de grupos e ideologias viveu ao lado de lideranças políticas arrebatadoras, como Jânio Quadros (1961), que durante sua campanha

¹² Ver Fausto (2001, p. 211-215)

presidencial, abraçava desconhecidos e comia com seus eleitores. Chegando ao poder elegeu a vassoura como símbolo de um governo que “varreria” a corrupção do país. Suas medidas oficiais causavam muita polêmica. Moralista, Jânio Quadros proibiu as rinhas de galo e o uso de biquíni em desfiles de moda. Ao renunciar, alegou a presença de “forças terríveis” que ameaçaram seu mandato. Outro famoso governo populista foi o de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Prometendo realizar “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, JK ficou afamado pela construção de um país moderno. Abrindo portas para as indústrias multinacionais estrangeiras, elevou o padrão de consumo e conforto das populações urbanas com a introdução de aparelhos eletrodomésticos e dos primeiros carros populares. Além disso, o ousado e dispendioso projeto de construção da nova capital, Brasília, fez com que o empreendedorismo fosse a marca maior de sua administração. Foi nesse momento que, durante o Governo de João Goulart (1961 – 1964), os movimentos pró e anti-revolucionários eclodiram no país. A urgência de reformas sociais viveu em conflito com o interesse do capital internacional. Em um cenário tenso e cercado de contradições, os militares chegaram ao poder instaurando um governo ferrenhamente centralizador.

Em 1964, acontece o Golpe Militar que afasta João Goulart da Presidência da República substituindo-o pelo comando militar do General Costa e Silva, do Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e do vice-almirante Augusto Hamann. Esses militares iniciaram o processo de cassação dos mandatos parlamentares, afastando da vida política as pessoas que não se adequassem ao novo sistema político. Nesse sentido, o Congresso Nacional foi pressionado de todas as formas pelos militares para a escolha do novo presidente da República. O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi o escolhido para completar o mandato iniciado por Jânio Quadros. Através do Golpe Militar de 1964, a história da República Brasileira recomeçava com outro olhar. Era o fim da República Populista e o começo do regime militar, que se estendeu até 1985 (FAUSTO, 2001).

Segundo FAUSTO(2001), o período em que o Brasil se encontrava em Regime Militar (1964-1985), teve características autoritárias, distinguindo-se, porém, do fascismo. Não se realizaram esforços para se organizar as massas em apoio ao

governo; não se tentou construir o partido único do Estado, nem uma ideologia de esquerda continuou a ser dominante nas universidades e nos meios culturais em geral. Por isso, as diferenças entre o regime representativo (1945-1964) e o regime militar são claras. Quem manda neste não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado.

Este tipo de regime político antagoniza o conceito de sociedade planificada de MANNHEIM, uma vez que o autor afirma que “uma sociedade realmente planificada não suprime a genuína dinâmica da vida, nem a intelectualiza, mas, sim, procura, pelo trato habilidoso da situação, utilizar-se das forças orgânicas de forma mais completa do que era possível numa fase de controle mais primitivo” (FORACCHI & PEREIRA, 1964, p. 277). Desta forma, podemos considerar que neste momento histórico exerciam-se formas de controle social primitivas, impedindo que houvesse qualquer forma de planificação da sociedade daquele dado período histórico.

Foi, então, em meio a esta mesma conjuntura política, de Ditadura Militar, que, em 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

Paralelamente, em 1971, lança-se o apelo pró-Constituinte em documento, pela primeira vez, em reunião do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹³, constando da Carta de Recife, partido de oposição que discutia sua autodissolução como forma de protesto contra o regime. A partir daí, a proposta de uma campanha nacional pela convocação da Constituinte desenvolveu-se num crescente, extrapolando a agenda dos novos partidos criados com o fim do bipartidarismo no Brasil e insuflando o entusiasmo de vários outros grupos da sociedade civil (VERSIANI, 2010, p. 237).

¹³ Partido político brasileiro que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte, o partido se caracterizou por sua multiplicidade ideológica graças, sobretudo aos embates entre os "autênticos" e "moderados" quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar.

Ainda sob o controle do Regime Militar, é criado, sob o comando de Geisel, em 1º de Maio de 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em caráter consultivo, seria o órgão-chave na formulação de políticas de ataque à pobreza (LONARDON, GIMENES, SANTOS & NOZABIELLI, 2006).

Com a eleição de Tancredo Neves, a transição para o regime democrático não havia terminado e estaria sujeita a imprevistos. O novo presidente assumiria em 15 de março de 1985, mas a posse não ocorreu. Após algumas semanas no hospital, em meio a uma série de operações, Tancredo vem a falecer no dia 21 de abril. Desta forma, Sarney começa a governar sob forte presença da figura de Tancredo Neves, nomeando o ministério escolhido por este. Do ângulo político, as atenções se fixavam em dois pontos: na revogação das leis que vinham do regime militar, estabelecendo ainda limites às liberdades democráticas – o chamado “entulho autoritário”; na eleição de uma Assembléia Constituinte, incumbida de elaborar uma nova Constituição (FAUSTO, 2001).

No governo Sarney, executa-se um quadro de reformas institucionais, visando o desenvolvimento econômico e social, esquematizando planos de realinhamento de posições. Dentre tais planos destaca-se, em 1985, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, propondo um desenvolvimentismo baseado em critérios sociais. Instala-se um complexo processo de debates e articulações com vistas ao nascimento da Política de Assistência Social, inscrita no campo democrático dos direitos sociais, garantindo densidade e visibilidade à questão. Portanto, o contexto do processo constituinte que possibilitou a aprovação da Nova Constituição Federal é marcado por grande pressão social, crescente participação corporativa de vários setores e decrescente capacidade de decisão do sistema político (LONARDON, GIMENES, SANTOS & NOZABIELLI, 2006).

Em meados de 1988, a partir do advento da promulgação da Nova Constituição Federal, a Assistência Social deixa de ser considerada como assistencialismo, ou seja, ações que não emancipam os usuários, pelo contrário, reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados, passando a ser assegurada como direito, como consta no Art. 203, onde determina-se que “a

assistência social será prestada a quem dela necessitar”, além de serem garantidos no Art. 206 que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

Desta forma, podemos perceber a priorização de alguns direitos sociais básicos, como educação, saúde, habitação e assistência social, que devem encontrar-se acessíveis a todos os cidadãos brasileiros, como afirmam PASSONE & PEREZ (2010):

A partir da regulamentação da Constituição Federal de 1988 foram instituídas as seguintes ordenações legais com base nos direitos sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n. 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei Federal n. 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n. 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – Losan (Lei Federal n. 11.346/06), além da recente integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Esse aparato legal criou condições de assegurar as diretrizes de políticas sociais básicas com capacidade de atender às necessidades primordiais da população, como saúde, educação, cultura, alimentação, esporte, lazer e profissionalização, considerado o acesso aos direitos sociais uma dimensão da cidadania.

Segundo SANTOS (1998), o movimento social especificamente voltado para a infância originou-se na primeira metade da década de 80, intensificando-se a partir de 1985. Essas organizações sociais já se opunham a desumanização, bárbara e violenta que se encontrava submetida a infância pobre no Brasil; a omissão e ineficácia das políticas sociais e das leis existentes em fornecer respostas satisfatórias face da complexidade e gravidade da chamada questão do menos. É nesse contexto que elas colocam para si o debate nacional em curso: o papel do

Direito e a Lei na mudança social. Debate necessário, haja visto que a discriminação na produção e na aplicação das leis e uma certa “cultura da impunidade”, resultavam da descrença ou indiferença de setores do movimento no papel das leis em assegurar os direitos da cidadania.

Durante o processo Constituinte, foram realizadas duas campanhas, através de agentes interessados em assegurar os direitos da Criança e do Adolescente naquele processo: “Criança e Constituinte” (Setembro/86) e “Criança-Prioridade Nacional” (Junho/87). A primeira foi realizada por iniciativa do Ministério da Educação, atraindo outros setores governamentais e segmentos da sociedade civil voltados para o atendimento da Criança/Adolescente, enquanto a segunda, foi uma mobilização nacional para coleta de assinaturas, visando aprovação da emenda popular que levava o mesmo nome da campanha (CRUZ & DOMINGUES, 2013).

Em meio a esse processo histórico de lutas pelos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, o Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Apresenta a necessidade da reformulação das leis já existentes a esse respeito, como o Código de Menores do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927), que considerava que a criança ou adolescente que necessitaria de acompanhamento do Estado seriam apenas aqueles considerados “menores em situação irregular”, ou seja, não considerava crianças e adolescentes como sujeitos de direito, e o Novo Código de Menores (Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979) que, apesar de trazer avanços, como a Política de proteção integral, ainda mantinha a mesma visão de “situação irregular” do Código de Menores de 1927 (OLIVEIRA, 2007, p.138).

Em 13 de Julho de 1990, ocorre a Promulgação da Lei nº8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, concretizando os esforços realizados por todas as

esferas da sociedade para a garantia de direitos para a população infanto-juvenil. O ECA foi um marco histórico para democracia brasileira, dado que, sua consolidação, foi uma iniciativa inovadora, em termos mundiais, ou seja, o Brasil foi o primeiro país do mundo a criar uma legislação específica voltada a esse público como é afirmado por Roberto Barbosa Alves, no Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (Ministério Público de São Paulo, 2002):

O ECA foi pioneiro na introdução de alguns desses padrões em nosso ordenamento jurídico. O fato de haver sido construído sobre a doutrina da proteção integral proposta pela Organização das Nações Unidas – ONU impôs o abandono da idéia – defendida por alguns autores - de que "diante da jurisdição o menor é objeto e não sujeito". Antes, o ECA garante a criança e ao adolescente a condição de sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa, além daqueles próprios da doutrina da proteção integral.

Contemplando a Constituição Federal, que torna a Assistência Social um direito, como já foi citado, em 1993, foi homologada a Lei N° 8742, de 7 de Dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tem por objetivo regulamentar a organização da Assistência Social no Brasil. Neste documento, implementa-se também o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o qual estrutura a forma de gestão das ações realizadas nessa área, apontando para uma gestão descentralizada e participativa, como consta no Art. 6º da citada Lei. Outra questão importante levantada neste documento, ainda no Art. 6º-A, são os tipos de proteção social: básica e especial.

A proteção social básica seria um nível de atuação com foco na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social¹⁴ através de um processo de educação social, onde leva-se em conta o fortalecimento dos vínculos familiares e

¹⁴ No texto da Política Nacional de Assistência Social, pode-se ler uma passagem que considera em condições de vulnerabilidade e risco social “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2004, p. 27).

comunitários, além das potencialidades e aquisições individuais, realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Desta forma, a ação da proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco social¹⁵, buscando prevenir situações e reforçar os vínculos sociais e comunitários. Este serviço se destina a população em situação de vulnerabilidade social¹⁶ decorrente de situações da vida em sociedade. As ações desencadeadas pela proteção social básica têm como elemento agregador fundamental o CRAS, conhecido por ser a “porta de entrada” dos serviços e programas da atenção básica. A implantação dos CRAS leva em conta a territorialização do município, tendo em vista condições de vida, vulnerabilidade, potencialidade, que tem como referência o número de famílias referenciadas por território. A quantidade e as características operacionais do CRAS são definidas através do porte e particularidade social dos municípios.

A proteção social especial, por sua vez, teria outro nível de atuação, com foco na proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos, reconstrução de vínculos familiares e comunitários e a defesa do direito, realizada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Neste sentido, as ações da proteção social especial objetivam, por sua vez, atendimento às famílias e/ou indivíduos mais vulneráveis ou expostos a riscos mais graves de rompimento do vínculo social e comunitário e operacionalizam através dos CREAS, que objetivam dar suporte e situações em que o convívio familiar e comunitário está ameaçado ou precisa ser rompido.

¹⁵ Segundo consta no site da Fundação de Ação Social de Curitiba, estar em situação de risco pessoal e social significa ter os direitos violados, ou estar em situação de contingência (pessoa com deficiência ou idosa necessitando de atendimento especializado). Normalmente, as pessoas em situação de risco social ainda estão convivendo com suas famílias.

¹⁶ Vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 apud AMBRAMOVAY, 2002, p.13.)

Ambos os campos podem ser áreas de atuação do Pedagogo Social, dada a natureza do trabalho do profissional pedagogo, o qual seria a definição, organização e a realização coletiva de projetos formativos, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos, Grupos de Famílias, Elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos e Gestão dos Serviços de Acolhimento, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), além da articulação das diferentes práticas de ensino, nesse caso, no contexto socioeducativo.

2.2. NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LIMITES E DESAFIOS

A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que diferencia serviços, programas e projetos da área da Assistência Social, além de criar comissões de diversas instâncias de representação, é editada em 1998, no mesmo ano em que é aprovada a primeira versão da Política Nacional da Assistência Social. Segundo FORACCHI & PEREIRA (1964), as Políticas Públicas são uma forma de controle social, pois regulamentam e organizam as ações dentro da sociedade, de forma a apresentar a certas classes sociais certas situações definidas.

Neste sentido, MANNHEIM afirma que para melhorar a sociedade há que se indagar como se pode melhorar a técnica de intervenção nos assuntos humanos e onde ela deve começar. O ponto de ataque exato leva-nos novamente ao conceito de controle social, técnica que está presente em nossas vidas desde a família, a vizinhança ou no trabalho, sendo baseada em padrões de comportamento. (Mannheim: In:FORACCHI & PEREIRA, 1964).

Entre 2003 e 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é instituído, após amplas discussões ocorridas na IV Conferência Nacional da Assistência Social, a qual tinha como objetivo realizar uma avaliação dos dez anos da regulamentação da Assistência Social no Brasil, culminando

também na implementação do Programa Bolsa Família¹⁷ em forma de lei, que já vinha sendo discutido desde 1998, onde unificaram-se todos os programas de transferência de renda existentes anteriormente, os quais faziam parte de um conjunto das iniciativas governamentais na área social que foram implementados entre 1994 e 1998 – mais especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa-Escola¹⁸, o Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁹, o Bolsa-Alimentação²⁰ e o Auxílio-Gás²¹.

¹⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, foi criado em 2003, realizando a junção dos programas de transferência de renda anteriores. Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e de componentes da família. O Benefício Básico é de R\$ 70,00, pago às famílias com renda per capita de R\$0,00 a R\$70,00. Os Benefícios Variáveis são de R\$ 32,00, pagos às famílias com renda per capita de até R\$140,00 (famílias com crianças e adolescentes de zero a 15 anos, gestantes e nutrizes) até o limite de 05 benefícios/família. O Benefício Variável Jovem é de R\$ 38,00, pago às famílias com renda per capita de até R\$140,00 (famílias com jovens de 16 e 17 anos incompletos) até o limite de 02 beneficiários/família. (Ver site da FAS)

¹⁸ O Programa Bolsa Escola foi criado em 2001, com a proposta de conceder benefício monetário mensal a milhares de famílias brasileiras em troca da manutenção de suas crianças nas escolas. A população a ser atendida foi definida segundo dois parâmetros e um requisito: faixa etária, renda e frequência à escola. Assim, todas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00, cujas crianças de 6 a 15 anos estiverem frequentando o Ensino Fundamental regular, com frequência na sala de aula de no mínimo 85%, recebiam o valor de R\$ 15,00 por criança, limitando-se a três benefícios por família.(Ver site MDS)

¹⁹ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil. O benefício financeiro desse programa é de R\$40,00 (quarenta reais). (Ver site MDS)

²⁰ O Programa Bolsa-Alimentação consistia na promoção de melhores condições de saúde e nutrição de gestantes, mães que amamentavam seus filhos e crianças até seis anos, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuíam renda mensal de até meio salário mínimo per capita. Atuava em dois eixos: complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque predominantemente preventivo. O benefício financeiro do Programa Bolsa-Alimentação era de R\$15,00 (quinze reais) a R\$45,00 (quarenta e cinco reais) mensais por família, dependendo do seu tamanho e composição. (Ver site MDS)

²¹ O Auxílio Gás ou ainda Auxílio-Gás foi um programa de distribuição de renda implementado pelo governo federal brasileiro em 2001 para atender os beneficiários da Rede de Proteção Social, juntamente com o Bolsa-Escola (do Ministério da Educação) e o Bolsa-Alimentação (do Ministério da Saúde). O programa, administrado pelo Ministério de Minas e Energia, consistia no pagamento de R\$ 15,00 (quinze Reais) para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás. (Ver site MDS)

Em outubro de 2004, é aprovada a versão definitiva da Política Nacional da Assistência Social, que vem assegurar a padronização e a ampliação dos serviços de assistência no país. Em 2005, é aprovada a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n.º 130, que instaura a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Nesse mesmo sentido, em 2006, por meio da Resolução CNAS n.º 269, é aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOBRH/SUAS), que regulamenta a gestão do trabalho no SUAS.

Então, em 2009, temos a aprovação da Resolução CNAS nº 109, pelo Conselho Nacional da Assistência Social, denominada Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, visando atender a deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social para atendimento da meta prevista no Plano Decenal de Assistência Social, de estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS, considerando o processo de Consulta Pública que foi realizado no período de julho a setembro de 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além do processo de discussão e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

O Sistema Único da Assistência Social ainda se encontra em processo de construção, principalmente no que diz respeito às definições da atuação do Pedagogo Social, visto que as atribuições desse profissional não se encontram bem definidas nos documentos citados. Na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (BRASIL, 2005), a presença do Pedagogo está prevista nas equipes de referência da Proteção Social Básica, nos CRAS como “profissional que compõe a SUAS”, e somente irá compor a equipe se no CRAS houver mais de 5000 famílias referenciadas, podendo também assumir a função de coordenador, se possuir experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Destaca-se também que, nas equipes da Proteção Social Especial nos CREAS, de Média Complexidade, ou seja, no atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar, onde a convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados. Na descrição da equipe de referência dos Centros de Referência

Especializada de Assistência Social, o Pedagogo se encontra especificado como “profissional de nível superior”, atuando juntamente com os profissionais de nível médio, realizando a abordagem dos usuários. Nas equipes de referência de Alta Complexidade, em Abrigos, Famílias Acolhedoras e Repúblicas, não se especifica a necessidade do profissional pedagogo, apenas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos, temos a exigência de um profissional de nível superior com a seguinte especificação: “profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais”, onde se subentende tratar-se do profissional pedagogo, por ser uma função de nível superior relacionada à formação específica desse profissional.

Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009),

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações.

Nesse sentido, constata-se que todos os profissionais que compõem o (SUAS) possuem a mesma importância, mas a realidade observada nos documentos revela-se contraditória, pois ao verificarmos a NOBRH/SUAS, as Orientações Técnicas e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, percebe-se que os profissionais indispensáveis para o funcionamento dos equipamentos, para a gestão do trabalho e dos serviços ofertados nos mesmos, são os Assistentes Sociais e Psicólogos, sendo que os outros profissionais seriam complementares para a composição da equipe multidisciplinar.

Tanto a primeira versão das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2008) quanto a sua segunda versão (BRASIL, 2009), prevêem a construção de um Projeto Político Pedagógico das Instituições Acolhedoras, porém não há exigência da presença de um profissional pedagogo na composição das equipes de referência, fato contraditório,

dado que para construção deste documento, alguns conhecimentos são indispensáveis, bases formativas presentes somente no Curso de Pedagogia.

Podemos observar também que nas Orientações Técnicas, tanto para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (BARSIL, 2012) quanto para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (BRASIL, 2010), há indicação de que o técnico de referência necessita ser um profissional de nível superior, mas não especifica de qual área seria esse profissional, uma vez que os profissionais priorizados pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos são os assistentes sociais e psicólogos. Fato que se explicita nas Orientações Técnicas para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até seis anos e suas famílias (BRASIL, 2010), que determina que apenas profissionais com formação superior em Serviço Social e Psicologia podem integrar a equipe de referência para o atendimento nesse serviço especificamente.

Neste sentido, a Resolução nº 017 do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2011), de 20 de junho de 2011, determina no Art. 2º inciso 3º e no Art. 3º que os Pedagogos são profissionais que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e também poderão compor a gestão do Sistema Único da Assistência Social, mas novamente reitera, como em grande parte dos documentos analisados, no Art. 1º parágrafo único, que os profissionais que deverão obrigatoriamente compor as equipes de referência são Assistentes Sociais e Psicólogos, além de Advogados, nas equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade, isso demonstra que há certa desvalorização e falta de definição do trabalho a ser realizado pelo Pedagogo Social, fato constatado também na prática, como podemos observar na pesquisa realizada por IUNKE & BITTENCOURT (2011), que aborda o papel do Pedagogo na Política Nacional de Assistência Social, relatando experiências do Município de Curitiba.²²

Podemos observar, desta forma, que há alguns apontamentos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com relação à preocupação com a definição das atribuições do Pedagogo Social e de algumas outras profissões que compõem as

²² Para saber mais sobre o papel do Pedagogo na Política Nacional de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Curitiba, ver IUNKE & BITTENCOURT. (2011)

equipes interdisciplinares propostas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), como Psicólogos, Advogados e Assistentes Sociais, fato evidenciado no Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que atuam na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2011) que teve como objetivo principal

levantar, descrever e analisar os conteúdos, as disciplinas e as formações ofertadas nos cursos de graduação destes técnicos. Assim, tornou-se necessário avaliar os parâmetros compreendidos na formação nas áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social e Pedagogia com teores e competências necessários para o fortalecimento do SUAS, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dos conteúdos lecionados pelas instituições que formam tais profissionais. (BRASIL, 2011)

Neste sentido, pode-se afirmar que se torna necessário que, cada vez mais, as Instituições de Ensino Superior que formam esses profissionais, estejam atualizando-se no que diz respeito às Políticas Públicas da área da Assistência Social, para que eles possam atuar com maior qualidade e eficiência neste campo de trabalho. Com relação especificamente ao Curso de Graduação em Pedagogia, foi constatado em nosso estudo que a maior parte das disciplinas oferecidas pelos cursos analisados consiste na dimensão do conhecimento teórico, ou seja, os estudantes destes cursos recebem um grande número de informações teóricas sobre os direitos à educação, à inclusão e à cidadania, e sobre as políticas públicas educacionais e diversidade. O Estudo também aponta que em apenas uma das Instituições de Ensino Superior – IES analisadas é oferecido a área complementar de Educação Social no Curso de Pedagogia; os demais oferecem Educação ou Pedagogia em espaços não escolares de ensino, tema que mais se aproxima da Educação Social e das atividades da Assistência Social. Além disso, foi analisado por este estudo de competências, que a presença, no corpo docente, de professores com vivência em serviços sociais ou com atuação política junto a grupos sociais vulneráveis torna-se um diferencial na formação do Pedagogo, principalmente porque esses professores transportam essa prática para suas disciplinas, seminários ou estágios no interior da matriz curricular. (BRASIL, 2011). Pretendemos

aprofundar no próximo capítulo a análise do currículo dos cursos pioneiros na oferta de Pedagogia em Curitiba.

3. A PEDAGOGIA NÃO ESCOLAR É CONTEMPLADA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE TRÊS CURSOS EM CURITIBA

Neste capítulo busca-se analisar a organização curricular de alguns dos cursos de Graduação em Pedagogia de Curitiba e suas relações com a Pedagogia Não Escolar, mais especificamente com a Pedagogia Social. Precisamos justificar o porquê da escolha destes três cursos de Pedagogia de Curitiba para a pesquisa desse trabalho. Definimos nossa escolha, partindo dos três cursos de Pedagogia mais antigos do município de Curitiba, que são: Universidade Federal do Paraná – UFPR (1963), Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR (1952), Universidade Tuiuti do Paraná – UTP(1983).

Faremos um breve relato de como foi essa pesquisa, e quais foram os encaminhamentos dados para que tivéssemos acesso aos currículos do curso e as suas ementas. Primeiramente fizemos uma pesquisa nos sites dos cursos escolhidos para verificar se tinham disponíveis os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP vigentes e se tinham a grade curricular disponibilizada. A UFPR tem em seu site do curso os dois documentos disponíveis, a PUC PR e a UTP tem somente a grade curricular.

Devido às dificuldades na obtenção de fontes, privilegiamos a análise das grades curriculares dos cursos. Buscamos verificar se estas grades estão contempladas com alguma disciplina que tenha o foco na pedagogia em espaços não escolares e verificar em suas ementas se abordam a Pedagogia Social.

Destacamos que o Parecer CNE/CP nº 5/2005 determina que na construção dos currículos dos cursos de Pedagogia abordem além das disciplinas escolares, gestão pedagógica e estágios, também a pedagogia em espaços não escolares, porém não deixa claro quais ambientes, contextos e espaços não escolares deve ser foco destes espaços, então fica livre para a Universidade a construção da ementa da disciplina e quais temas serão abordados.

Iniciamos, então, analisando a grade curricular e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, que foi reformulado em 2002, segundo consta na Proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia (UFPR, 2007), neste documento afirma-se que o processo de reformulação do curso começou em 2002, finalizando-se em 2007, dado a necessidade de se adequar às novas legislações, como a Lei 10.436/2002 e o Parecer CNE/CP nº 5/2005, que mudam o panorama de formação do Pedagogo, estendendo o campo de trabalho desse profissional a espaços não escolares. Segundo PPP do curso de Pedagogia da UFPR (2007), pretende-se, com a reformulação do curso, um olhar sobre os dados que privilegie, por um lado, a busca de subsídios para a discussão do curso que se impõe em virtude da atual conjuntura educacional do País e, por outro, a necessária revisão do trabalho pedagógico desenvolvido no Setor de Educação da UFPR como condição básica para avanços qualitativos nesta ou em outra proposta curricular que venha a ser formulada.

Podemos apontar, também, que se encontra destacado na Proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia (UFPR, 2007), um dos seus objetivos principais, que seria a revisão do papel do pedagogo frente às questões sociais e culturais presentes no contexto contemporâneo, de forma que esse profissional venha a contribuir para o enfrentamento destas questões, possibilitando que sua formação esteja voltada aos valores democráticos e de justiça social. Neste sentido, pode-se dizer que

Aos pedagogos, como aos demais educadores, cada vez mais, se impõe o trabalho como agentes sócio-culturais e políticos, ampliando as posições democráticas propostas nos últimos anos, no sentido de que suas ações e interferências possam propiciar a todos os que passam pelo ensino formal e não escolar, um processo emancipatório, que lhes assegure lugar e voz, sendo acolhidos também em suas diferenças e peculiaridades (UFPR, 2007).

Para implementação de um currículo com essas características, precisamos considerar também seus limites, principalmente no que diz respeito à construção de matrizes curriculares com foco interdisciplinar, articulando a Pedagogia a outros campos, como por exemplo, o campo da Assistência Social, que possibilitaria, neste

caso, a formação do Pedagogo Social, uma das novas áreas de atuação do pedagogo na conjuntura atual de nossa sociedade.

Então, podemos dizer que a concepção de pedagogo unitário²³ se amplia, de um lado, pelo campo de atuação em espaços escolares e não escolares e, de outro para uma atuação voltada às demandas geradas pelas transformações atuais referentes à evolução da ciência, da tecnologia, do trabalho e das relações humano-sociais, impondo a esse profissional duas questões fundamentais: a primeira relacionada à centralidade do binômio ensino/aprendizagem como âmago do trabalho pedagógico; a segunda, ainda mais importante para nossa análise, refere-se à ampliação da atuação do pedagogo em âmbitos não escolares, em atendimento às várias demandas que vêm surgindo das lutas sociais, que reafirmam as posições democráticas, de justiça social e em defesa da dignidade humana, estendendo-se aos processos educacionais (UFPR, 2007).

Na grade curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, há duas disciplinas obrigatórias que possuem relação com nosso objeto de estudo, as quais se encontram no contexto da educação básica, na categoria de estudos da educação, trabalho e educação não-escolar. A primeira disciplina é “Função Social do Pedagogo”, que possui carga horária de 30 horas. A segunda disciplina seria “O Trabalho Pedagógico em Espaços Não Escolares”, com carga horária de 90 horas. Dentre as disciplinas optativas, a única disciplina que mais se aproxima da Pedagogia Social, de forma indireta, seria a Educação Popular, com carga horária de 30 horas. Não há referência na matriz curricular sobre estágio obrigatório em espaços não-escolares, há apenas estágios na área escolar em todos os níveis de ensino. O curso de Pedagogia da UFPR, forma pedagogos em 5 anos, ofertando disciplinas anuais e semestrais, dependendo de suas especificidades, além de ter como foco principal de atuação a área escolar

O Currículo da Universidade Tuiuti do Paraná foi recentemente reformulado, sofreu alterações para se adequar às novas legislações em 2007 e 2008. O currículo

²³ MIRANDA (2005), em seu texto publicado Pedagogia numa perspectiva Socialista, faz através de discussões de idéias de Marx e Gramsci faz a defesa da formação de um pedagogo unitário, que a formação não seja focada só na docência, mas que haja a indissociabilidade entre docência, organização e gestão de processos formativos e, a pesquisa.

atual é do ano de 2011 e segundo consta no documento consultado, foi reformulado em 2010, atualmente está em reformulação para o ano de 2014, porém iremos analisar o currículo vigente que é o de 2011. O currículo do curso prevê o egresso como um profissional que responda ao que se exige nas novas realidades sociais:

A partir de um corpo de conhecimentos teóricos e práticos, de metodologias e ambientes de ensino e de aprendizagem diversificados, desenvolve-se a formação do pedagogo. Com isso, pretende-se que ele possa responder profissionalmente à multiplicidade de exigências impostas por uma realidade social, em permanente transformação, seja no contexto da educação formal ou em espaços educativos não escolares. (UTP, 2010)

A proposta pedagógica reforça ainda mais a formação do egresso, destacando que, ao sair do curso ele estará apto para:

- atuar na docência da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na de Educação de Jovens e Adultos, na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em organizações públicas ou privadas e na docência de outras áreas emergentes no campo socioeducacional (de idosos, menores em conflito com a lei e outros, crianças, jovens e adultos em espaços hospitalares, jovens e adultos no espaço do campo e empresarial, dentre outros);
- na organização e gestão de sistemas de ensino e unidades escolares;
- na gestão de projetos e experiências educacionais;
- na gestão de processos educativos, no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação de planos e de projetos pedagógicos. (UTP, 2010)

O curso de da UTP, forma pedagogos em 4 anos e é separado por períodos, a disciplina que nos interessa analisar é a “Gestão da Educação na Organização não Escolar”, ministrada no 8º período do curso com carga horária de 72 horas.

Analisando a Proposta Curricular do Curso e Grade Curricular da UTP é possível ver que a formação do Pedagogo é contemplada por uma disciplina que aborda da temática do Pedagogo em espaços não escolares conforme recomenda o Parecer nº 5/2005 CNE/CF.

Por não conseguirmos analisar o Currículo da PUC PR por motivo já descrito neste capítulo, iremos fazer a leitura dos dados encontrados no site²⁴ da instituição, e ressaltamos que é através somente da leitura de poucos dados fornecidos pelo site que faremos nossa análise.

Na informação no que diz respeito ao curso, no texto desmobilizado no site verificou-se que o curso da PUC PR também tem a preocupação em formar o profissional para além do campo escolar:

“Desenvolve a formação para a ação docente na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Inclusiva, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Médio (modalidade Normal). Articula a formação para a docência com a pesquisa e a gestão no espaço educacional e em diferentes organizações sociais.”

O curso de Pedagogia da PUCPR destaca em seu texto no site que desde o início do curso até seu fim o aluno do curso de Pedagogia tem a relação teoria e prática pedagógica vivenciadas através de seus estágios:

“A formação profissional do pedagogo se faz privilegiando a interconexão teoria e prática levando à competência docente a partir do contato ao longo do curso com o campo de atuação nas escolas da comunidade. Os alunos tem o compromisso de envolvimento com a sociedade por meio da participação em projetos de ação comunitária, buscando a formação mais humana, ética, solidária e democrática.”

Sem mais dados disponibilizados no site, buscamos nesta análise identificar a referencia textual que poderiam abordar disciplinas, temas, atividades ou trabalhos voltados para o trabalho pedagógico em espaços não escolares. Por fim, tomamos como objeto de análise apenas grade curricular disponibilizada no site da universidade. Vale salientar que se houver alguma disciplina, além da citada, que aborde o contexto analisado, é que possivelmente esta não foi contemplada neste

²⁴ Os dados analisados são foram consultados no site www.pucpr.br/graduação/pedagogia/index.php no mês de novembro de 2013, como currículos estão sempre em reformulação, ressaltamos que analisamos conforme informação disponível no período de construção dessa pesquisa, ou seja, o ano de 2013.

trabalho, porque em sua nomenclatura na grade curricular não ficou explícita a abordagem em Pedagogia em espaços não escolares.

O curso da PUC PR, forma pedagogos em 4 anos e é separado em períodos semestrais, a disciplina que encontramos mais próxima da abordagem da Pedagogia em espaços não escolares ou educação não formal é a disciplina cujo nome é “Estágio Supervisionado V (Diferentes Contextos)”, ministrada no 8º período com carga horária de 80 horas, confirmando assim que a instituição também contempla a temática do Pedagogo em espaços não escolares conforme recomenda o Parecer nº 5/2005 CNE/CF.

Sendo assim, pela análise da grade curricular, é possível verificar que os cursos Pioneiros na graduação em Pedagogia estão atualizados de acordo com as novas normativas que regem as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no que diz respeito à abordagem do trabalho do Pedagogo em Espaços não escolares.

3.1. FORMAÇÃO DO PEDAGOGO SOCIAL

Objetivando a importância de uma formação que proporcione uma base sólida, tanto em termos teóricos quanto práticos para o Pedagogo Social, podemos afirmar que, este profissional concebe a educação de forma diferenciada do Pedagogo que atua na escola, uma vez que sua concepção da relação ensino/aprendizagem baseia-se em uma educação problematizadora, como afirma FREIRE (2008)

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. A análise crítica dos seus “achados”. À uma certa rebeldia, no

sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos.

Como visto no capítulo anterior, os três cursos analisados abordam o trabalho do Pedagogo no espaço não escolar em seus currículos, seja em forma de uma disciplina formal ou em forma de estágio. Cabe agora a análise da ementa destas disciplinas para saber se a Pedagogia Social é abordada nestas instituições. Como a PUC PR não disponibilizou dados para análise do PPP, neste capítulo somente será feita a análise das instituições UFPR e UTP, por serem as únicas que forneceram a ementa para investigação.

Primeiramente, queremos ressaltar a importância de o Pedagogo egresso ter em sua formação a abordagem da Pedagogia Social. Atualmente o trabalho do Pedagogo vem sendo praticado na Assistência Social e é uma demanda justificada e solicitada principalmente por meio de concurso público e também já explicada a necessidade deste profissional no capítulo que tratamos da NOB-RH/SUAS.

Atualmente o município de Curitiba²⁵ e alguns da região metropolitana têm feito concursos públicos para contratação de Pedagogos para atuação direta na Assistência Social. Em 2007, a Prefeitura Municipal de Curitiba realizou concurso para Pedagogos atuarem na Fundação de Ação Social – FAS, órgão gestor da Prefeitura Municipal de Curitiba responsável pelos serviços da Assistência Social do município, e no que diz respeito ao do cargo de Pedagogo o anexo V do decreto nº 1.119/04 são atribuições específicas do Pedagogo:

- Elaborar e executar planos e programas de trabalho, visando à estimulação e psicomotricidade de crianças.
- Instrumentalizar teórica e praticamente funcionários e profissionais que atuam com crianças, adolescentes, adultos e idosos.

²⁵ A cidade de Curitiba e a utilização de sua região metropolitana foram escolhidas por este trabalho fazer um estudo dos cursos de Pedagogia de Curitiba.

- Orientar funcionários e profissionais, quanto à confecção e utilização dos recursos didáticos e técnicas a serem utilizadas em planos e programas de trabalho.
- Planejar e executar cursos, palestras, encontros e outros eventos educativos, para fins de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional de indivíduos e grupos.
- Assessorar tecnicamente outros profissionais e superiores em sua área de competência.
- Desenvolver trabalhos de ação educativa, visando a melhor integração da família, unidade social e comunidade.
- Supervisionar os trabalhos pedagógicos desenvolvidos, avaliando sistematicamente a metodologia adotada, propondo as reformulações necessárias.
- Planejar e desenvolver programas especiais para crianças e adolescentes, adultos e idosos, conforme a necessidade evidenciada.
- Planejar, orientar e executar projetos de educação informal à comunidade.
- Orientar estagiários da área pedagógica no desempenho de suas atribuições.
- Realizar atendimento sócio-educativo aos usuários, quanto ao aproveitamento dos benefícios dos programas já implantados.
- Elaborar pareceres técnicos de acordo com as necessidades da instituição.
- Participar de equipe multidisciplinar, visando a programação, execução e avaliação de atividades educativas e preventivas.
- Estimular a participação da comunidade na efetivação dos programas desenvolvidos, mantendo relação entre as diversas entidades e elementos existentes.
- Orientar famílias e grupos, na participação de programas educativos desenvolvidos na comunidade e em órgão afins.
- Realizar treinamento e desenvolvimento na área de recursos humanos.
- Coordenar, realizar e elaborar programas de atendimento psicoeducacional dos educandos, emitindo parecer diagnóstico.
- Atender os educandos, providenciando atendimento especializado àqueles com necessidades diferenciadas, encaminhando-os para serviços ou profissionais da área médica, pedagógica, psicológica, fonoaudiológica, fisioterápica ou outras, quando necessário.

Informar e orientar a família quanto às condições cognitivas do educando, orientando-a quanto a atitudes que venham colaborar no seu processo de desenvolvimento.

- Analisar e/ou elaborar relatórios relativos à sua área de atuação, individualmente ou em conjunto com outros profissionais.
- Coordenar e orientar equipe multidisciplinar e dela participar, visando a avaliação diagnóstica, estudo de caso, atendimento e encaminhamento de educandos.
- Coordenar e orientar reuniões e delas participar, visando o estudo de casos, com profissionais de áreas afins.
- Participar e contribuir junto à comunidade, em programas de prevenção, identificando, e encaminhando para atendimento aos educandos portadores de necessidades especiais.
- Realizar assessoramento psicoeducacional junto aos profissionais que atuam diretamente com o educando portador de necessidades especiais.
- Desempenhar outras atividades correlatas.” (Anexo V Decreto 1.119/04 do Município de Curitiba).

No ano 2012, o município de Pinhais, pertencente à região metropolitana de Curitiba, também realizou concurso para contratação de Pedagogos na Assistência Social, para trabalharem na Secretaria Municipal de Assistência Social, as atribuições específicas do cargo conforme edital de abertura do concurso são:

“Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais; estabelecer normas e diretrizes gerais e específicas; Promover debates sócio-educativos com os grupos de famílias e adolescentes na situação de cumprimento de medidas sócio educativa; Acompanhar a situação escolar dos adolescentes, desenvolvendo atividades pedagógicas para a sua inserção e permanência no sistema educacional; Contribuir técnica e pedagogicamente nas reuniões sócio-educativas; Incentivar a criatividade, o espírito de autocrítica e de equipe das famílias, adolescentes e profissionais envolvidos nas reuniões sócio-educativas; Avaliar os processos pedagógicos das reuniões sócio-educativas; Fornecer suporte às famílias do CRAS/CREAS em conformidade com a presente lei; Priorizar as orientações da NOB/SUAS, PNAS e Orientações Técnicas de Implantação do CRAS/CREAS; Integrar indivíduos e

suas famílias na proposta de trabalho do CRAS/CREAS e no desenvolvimento do processo sócio educativo; Participar da execução das ações pedagógicas e assegurar o cumprimento dos serviços do CRAS/CREAS de acordo com as diretrizes da NOB-SUAS; Coordenar reuniões sistemáticas, acompanhar o processo de avaliação nas diferentes áreas do conhecimento, conhecendo a totalidade do processo pedagógico, detectando possíveis inadequações; Planejar e ministrar cursos, palestras, participar de encontros e outros eventos sócio educativos, orientar as atividades propostas pela equipe multidisciplinar do CRAS/CREAS, com ênfase nas famílias e grupos comunitários na participação de programas e projetos sócio educativos; Prestar atendimento pedagógico; Efetuar orientação pedagógica, acompanhar as avaliações dos trabalhos desenvolvidos; Implantar e desenvolver atividades na brinquedoteca do CRAS/CREAS; Executa outras atividades correlatas.” (Anexo I do edital de concurso 008/2013 – Pedagogo em Assistência Social do Município de Pinhais – PR)

Com estes exemplos de atribuições dos cargos desses dois municípios, podemos observar que em suas especificidades das funções do Pedagogo Social são solicitados conhecimentos específicos da Assistência Social, que se não abordados durante a graduação, deverão ser adquiridos por outros meios.

Levando em conta esses aspectos das atribuições do Pedagogo Social buscamos analisar agora suas ementas, parte que especifica o conteúdo que é abordado nas disciplinas.

No curso de Pedagogia da UFPR, conforme apontamos no capítulo anterior, existem duas disciplinas obrigatórias que dispõem da temática aqui pesquisada e uma disciplina optativa, a disciplina de Função Social do Pedagogo que aborda em sua ementa a dimensão histórica da formação do pedagogo no Brasil – da origem às formulações atuais; e as concepções e tendências da formação e da atuação do(a) pedagogo(a) face à conjuntura contemporânea brasileira nos âmbitos social, cultural, econômico, político e educacional escolar e não-escolar e seus desafios. A disciplina O Trabalho do Pedagogo em Espaços Não Escolares aborda em sua ementa os fundamentos epistemológicos da Pedagogia e os processos educativos não escolares: movimentos sociais, setor produtivo, organizações populares e entidades

da sociedade civil, no contexto brasileiro contemporâneo, evidenciando sua identidade enquanto ciência que estuda e produz conhecimento pedagógico; e o papel do pedagogo nos processos de produção, organização e articulação do conhecimento e da práxis pedagógica no âmbito das relações sociais e culturais concretas; além da análise da dimensão educativa em espaços não escolares: pesquisa de campo. A disciplina optativa de Educação Popular aborda em sua ementa: cultura e educação popular, suas concepções e tendências; o histórico dos movimentos de educação popular no Brasil; as formas de organização da educação popular, experiências e propostas e a questão pedagógica na educação popular.

Nesse sentido, os profissionais que são formados nesta instituição não estarão aptos integralmente para atuação em espaços não-escolares, principalmente na área da Pedagogia Social, que exige conhecimentos específicos, como, por exemplo, as Políticas Públicas da Assistência Social, entre outros.

E tratando especificamente da disciplina do Trabalho do Pedagogo em Espaços não Escolares fica claro a formação de um Pedagogo em espaços não escolares incompleta, pois o disposto em sua ementa simplesmente coloca como foco os “movimentos sociais, setor produtivo, organizações populares e entidades da sociedade civil, no contexto brasileiro contemporâneo”, mas não deixa explícito que tipo de pedagogo vai formar. No caso da pesquisa de campo em espaços não escolares, também fica falho, pois não deixa claro quais espaços são estes. Nesse sentido, o curso forma um profissional incompleto, pois caberá ao professor que ministrará as aulas a abordagem do trabalho do Pedagogo em vários locais da educação não formal.

A disciplina Gestão da Educação na Organização não Escolar ofertada pela UTP aborda em sua ementa: Aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do trabalho pedagógico nas não-escolares; Organização, estruturação e gestão do trabalho pedagógico não-formal e informal; Teorias de gestão educacional e suas implicações na organização de processos educacionais em espaços não escolares: nas organizações empresariais, hospitalares, ONGS, instituições sociais. A ementa da UTP tem um diferencial, pois aborda também os temas de estudos a serem trabalhados, que são:

1. Transformações geradas pela integração e reestruturação da nova ordem capitalista mundial na organização e gestão da educação. 2. Os gestores da educação: Estado, organismos internacionais, movimentos sociais, profissionais da educação, conselhos comunitários e a comunidade. 3. Conceitos e modalidades de educação: formal, não-formal, informal; escolar e não-escolar. 4. Educação não-formal e informal na educação escolar e não-escolar. 5. Pedagogia Social, hospitalar e empresarial. 6. O trabalho pedagógico na educação não escolar. 7. Políticas para formação do pedagogo e o trabalho pedagógico em organizações não escolares; Contribuições da Pedagogia Social, Empresarial e Hospitalar para o trabalho do pedagogo;

Nesse sentido, os profissionais que são formados nesta instituição estarão aptos para atuação na área da Pedagogia Social, que exige conhecimentos específicos, como, por exemplo, as Políticas Públicas da Assistência Social. Cabe ressaltar que a ementa do curso da UTP conta com bibliografia básica e bibliografia complementar, que analisadas para esta pesquisa, também contemplam a formação para a Pedagogia Social, com referências para autores como GADOTTI, GOHN, MACHADO, pesquisadores atuais desta temática. De acordo com que a ementa aborda e pelas referências bibliográficas que são utilizadas é uma disciplina que está atualizada de acordo com as contemporaneidades discutidas no campo da pedagogia não escolar, os temas que nela estão pautados contemplam as discussões acerca do trabalho do Pedagogo em diversificados ambientes não escolares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo abrangeu a revisão dos principais autores contemporâneos que fazem a discussão do currículo de Pedagogia e os principais autores que abordam a Pedagogia no contexto da Assistência Social, pesquisa dos Projetos Políticos Pedagógicos da Universidade Federal do Paraná e análise acerca das bases formativas da Pedagogia Social na cidade de Curitiba, analisando a definição das atribuições do Pedagogo nas Políticas Públicas da área da Assistência Social no Brasil, e pesquisando os currículos vigentes dos cursos de Pedagogia pioneiros no contexto municipal, da Universidade Federal do Paraná, Universidade Tuiuti do Paraná e Pontifícia Universidade Católica, com o intuito de verificar como a Pedagogia Social está contemplada nos mesmos.

Estabeleceu-se um diálogo com diversos autores, direta ou indiretamente ligados à Pedagogia Social, como Paulo Freire, Mannheim, Machado, Gadotti, Gohn, entre outros, visando compreender melhor o papel do Pedagogo Social na atualidade, no que diz respeito à sua formação e às funções exercidas por este profissional, há pouco tempo inserido na Assistência Social, buscando uma maior delimitação do seu campo de atuação.

Considerando os documentos analisados, pode-se constatar que, na Política Nacional da Assistência Social - PNAS, bem como nas Normas e Orientações que organizam o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, o Pedagogo é citado apenas como Profissional que compõe a SUAS, ou seja, esse profissional pode, ou não, compor a equipe de referência, não estando previsto na composição das equipes de vários equipamentos, dado que apenas Assistentes Sociais e Psicólogos, no caso de profissionais de nível superior, seriam imprescindíveis para a atuação juntamente às famílias. Desta maneira, podemos perceber que o Pedagogo Social necessita conquistar seu espaço nas Políticas Públicas, redefinindo suas atribuições e buscando, cada vez mais, inserir-se nos contextos socioeducativos.

Na questão da formação do Pedagogo Social, foi possível observar, que, a partir dos três cursos analisados, pode-se constatar que há poucas referências ao

trabalho pedagógico em espaços não-escolares, ressaltando o curso da Universidade Tuiuti do Paraná, que possui disciplina de espaços não escolares, e a Pontifícia Universidade Católica, que possui estágio em diferentes contextos, ambos tendo uma abordagem específica do tema. Há muitos avanços a serem realizados nessa área, uma vez que a Pedagogia Social é um campo em construção, tanto de suas bases teóricas quanto práticas, pois o distanciamento entre o campo de atuação e a Universidade ainda é amplo.

Através da documentação que balisa o trabalho da Assistência Social, dos editais de concursos públicos demonstramos a importância da abordagem da Pedagogia Social na formação dos Pedagogos, e percebemos que este tema é abordado somente na UTP, o que preocupa, pois se em três Universidades pesquisadas só uma faz a abordagem, somente um terço dos formados gerais das instituições pesquisadas sairão com base acadêmica para se inserir na Assistência Social.

Um fator preocupante, é que os egressos dos cursos que não abordam a Pedagogia Social, em sua grande maioria, não sabem que seu campo profissional é mais amplo do que trabalhar dentro da escola.

Cabe também uma crítica às Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia. Se este documento é o que norteia as Universidades para que estas construam seus Projetos Políticos Pedagógicos de seus cursos, nele deveria estar especificado em quais áreas além da escola o Pedagogo pode atuar, e vale novamente lembrar como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho: não é de hoje que existe esta necessidade de ser ampliado aonde o Pedagogo pode trabalhar.

Uma Diretriz que simplesmente aborda que deve existir na organização dos cursos de Pedagogia a abordagem de processos educativos escolares e não escolares deixa muito vago e ao mesmo tempo muito amplo a abordagem do termo “não escolar”, não determinando qual é este local não escolar. A escolha do tema abordado, assim, acaba ficando a cargo de cada Universidade.

Por nossa vivência profissional como Educadoras Sociais na Fundação de Ação de Social, vemos diariamente que é necessária formação sólida para o

Pedagogo Social, principalmente para realização dos acompanhamentos dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – SCFV, que são trabalhos para fortalecimento de vínculos familiares e requerem planejamento, acompanhamento e encaminhamentos. Parte destes serviços atendem desde crianças de 0 anos de idade até adolescentes de 17 anos. Neste sentido, o trabalho do Pedagogo é essencial, pois em sua formação estuda o desenvolvimento da criança ao adolescente, mas não basta só isso, para atuar na Assistência Social o Pedagogo deveria ao menos ter, explanada em sua formação, o contexto atual que se encontra a Assistência Social no Brasil hoje e o porquê é importante o seu trabalho nessa área.

Para ficar mais claro, vamos buscar fazer um exemplo comparativo, vamos buscar aqui uma situação inversa que existe hoje: Assistentes Sociais nas escolas. Algumas escolas particulares têm em seu quadro funcional Assistentes Sociais, estes fazem avaliação técnica para famílias que solicitam bolsas de estudos, nesse sentido, estes profissionais estão trabalhando dentro da Política Educacional e devem saber como ela está estruturada para sua atuação lá dentro. Não queremos aprofundar a discussão do Assistente Social no contexto escolar, mesmo porque cada profissional tem suas especificidades profissionais, mas que abrangem algumas vezes além dos seus estudos.

No exemplo citado anteriormente, o Assistente Social na escola fará avaliação socioeconômica da família e avaliação da situação de vulnerabilidade em que se encontra e assim dar seu parecer positivo ou negativo para a oferta da bolsa e também acompanhará essa família nas suas necessidades para dar os encaminhamentos que estão em seu alcance e no que diz respeito a sua formação. No caso do Pedagogo na Assistência Social, este auxiliará educadores nos planejamentos de atividades para crianças e adolescentes dos SCFV de acordo com cada faixa de idade, poderá fazer encaminhamentos de acordo com a sua formação e observar algum comportamento não adequado ao desenvolvimento dos atendidos e atender famílias no que diz respeito a estes desenvolvimentos.

Atualmente temos Pedagogos e Assistentes Sociais trabalhando também em hospitais. Cada qual na sua profissão, no mesmo local de trabalho, porém fora do que seus cursos focam como formação.

O que falta na formação do Pedagogo, é uma interdisciplinaridade com outros cursos, com outros ambientes além do que sempre foi a formação do Pedagogo: para a escola. Sim, ela é a base do curso de Pedagogia, mas a educação não formal ampliou-se de uma certa forma, que nem os cursos de Pedagogia conseguem acompanhar.

Por isso cabe as Universidades também reformularem seus currículos de acordo com as novas demandas sociais existentes. Durante estes cinco anos de formação, escutamos que os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estão sempre em transformação, pois os seus objetos (no caso os alunos) e o contexto social mudam diariamente, por isso estão sempre em construção, mas não vemos transformação nos currículos, normalmente estão defasados, sem renovação.

Também destacamos a necessidade de mais estudos sobre o Pedagogo Social. Encontramos dificuldade em buscar autores que pesquisam essa área, levamos em conta que a LOAS tem somente 20 anos e a PNAS quase uma década e que é pouco tempo para verificar a inserção do Pedagogo neste contexto, mas não podemos deixar de ressaltar que um dos maiores educadores brasileiros estudou a educação transformadora. Paulo Freire, na década de 70, pautou seus estudos na emancipação e transformação da classe popular através de métodos diferenciados que atinjam a classe mais popular e menos favorecida. Sendo assim, ressaltamos que as Universidades deveriam estar mais bem preparadas para abordar este tema, se fala tanto em Paulo Freire como pai da educação popular dentro das Universidades, mas não se estuda profundamente este tipo de educação. A educação no contexto da educação social, não é algo novo, somente os documentos é que são novos, mas os estudos não, por isso a abordagem já deveria ser feita na formação dos Pedagogos, abordando os principais aspectos relacionados ao trabalho socioeducativo, como a vulnerabilidade social, as situações de violência, de violação de direitos, o conhecimento aprofundado no que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a ampliação do olhar deste profissional para o indivíduo

e sua família, buscando o desenvolvimento integral dos mesmos, a fim de contribuir para a superação das dificuldades socioeducacionais apresentadas por estes.

REFERÊNCIAS

AMBROMOVAY, M. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO. BID. 2002.

BRASIL. (1939). Lei nº 1.190/39. Da organização da Faculdade de Nacional de Filosofia.

_____. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. Brasília: 405 p. – (Série textos básicos; nº 25).

_____. (1993). Presidência da República. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8.662, de 7 de julho de 1993.

_____. (1993). Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. (1996). Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional.

_____. (2003). Ministério de Assistência Social. IV Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília.

_____. (2004). Ministério de Desenvolvimento social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. (2005). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 5/2005. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

_____. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília.

_____. (2005). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB/SUAS - Resolução do CNAS nº 017, de 20 de junho de 2011, publicada no DOU. Brasília.

_____. (2005). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB/SUAS - Resolução do CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, publicada no DOU. Brasília.

_____. (2006). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 3/2006. Reexame do parecer 5/2005. Fevereiro de 2006.

_____. (2006). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – licenciatura. Maio de 2006.

_____. (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (primeira versão). Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (versão definitiva). Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. (2011). Ministério de Desenvolvimento social e Combate a Fome. Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que atuam na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília.

_____. (2011). Ministério de Desenvolvimento social e Combate a Fome. NOB/SUAS Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011, publicada em DOU. Brasília.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 6. Ed. São Paulo: Papirus. 2000

BENELLI, S. J. ; COSTA-ROSA, A. da. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.609-660, dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n4/v23n4a02.pdf>>. Acesso em: 19/11/2013.

CRAS Curitiba. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=104#.UpJVuulZHDc>> . Acesso em : 24/11/2013

CUNHA, L. A. **A Universidade Reformanda: O golpe de 1964 e a modernização o ensino superior**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

CUNHA, M. V. **John Dewey: Uma filosofia para educadores em sala de aula**. 2ed. Vozes, Petrópolis: 1998.

CURY, M. ; SILVA, A. F. do A. e. ; MENDEZ, E. G. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

CRUZ, O. P. ; DOMINGUES, A. L. *et al.* **O significado da luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a avaliação de sua aplicação**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina: UEL. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/andreeosafa.pdf>> Acesso em: 26/11/2013.

DÍAZ, A. S. Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, n. 7, p.91-104, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a06.pdf>>. Acesso em: 10/11/213

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

FREIRE. P. **Educação como prática de Liberdade**. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia Social. In: 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006, São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Pedagogia Social**. São Paulo: USP,2006.

GRADE CURRICULAR: Curso de Pedagogia Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/graduacao/pedagogia/estrutura.php5>> . Acesso em: 11/11/2013.

IUNKE, E. E. R. ; BITTENCOURT, R. O papel do pedagogo na Política Nacional da Assistência Social: Uma experiência da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Sociedade – Revista de Ciências Sociais Aplicadas**. Curitiba: Bagozzi, vol. 01, n. 01, 2011.

LIBÂNEO, J. C. ; PIMENTA, S. G. Formação dos Profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S. G. **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15 – 61.

LONARDON, E. ; GIMENES, J. G. ; SANTOS, M. L. dos ; NOZABIELLI, S. R. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina:, v. 08, n. 02, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em 10/11/2013.

MACHADO, E. M. A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio-comunitária. **Revista Ciências da Educação**, São Paulo, n. 18, p.99 – 122, 2008.

MIRANDA, S. G. **A pedagogia numa perspectiva socialista**. In: Revista Presença Pedagógica. Editora Dimensão. V.11, n.66. Nov/Dez, 2005. p.45-53.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. MDS. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 26/11/2013

OLIVEIRA, W. F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, , v.14, n.1, p.135-158, Março 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a06.pdf>>. Acesso em: 10/11/2013.

PASTOR, M. A. democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. **Revista Katálysis**, Santa Catarina: v. 10, n. 2, , p. 222-

227, julho/dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1796/179613965010.pdf>> . Acesso em 23/11/2013.

PAULA, E. M. A. T de; MACHADO, E. R. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n.35, p. 223-236, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a17.pdf>>. Acesso em: 26/11/2013.

PEREZ, J. R. R. ; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas: UNICAMP, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>>. Acesso em: 10/11/2013.

SANTOS, B. R. dos. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, A. Jr. ; BEZERRA, J. L. ; HERINGER, Rosana. **Impasses da Cidadania**. Rio de Janeiro: IBASE, 1998.

SILVA, C. S. B. Curso de Pedagogia no Brasil: uma questão em aberto. In: PIMENTA, S. G. **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 131 – 200.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP, 1984.

TEIXEIRA, A. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: n. 87, v. 38, p. 21-33, 1962.

TENORIO, A. F. ; SCHELBAUER, A. R. A defesa pela educação integral na obra de Anísio Teixeira. **Anais da VII Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande: UNIDERP, Setembro 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Proposta de Reformulação Curricular para o curso de Pedagogia**. Setor de Educação. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.pedagogia.ufpr.br/ppp.pdf>> . Acesso em: 15/10/2013.

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ. **Proposta Pedagógica para o Curso de Pedagogia**. 2010. No prelo.

VAITSMAN, J. A. ; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, . v. 14, n. 3, p. 731-741, maio/junho 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/09.pdf>> Acesso em: 19/11/2013.

VERSIANI, M. H. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.30, n.60, p. 233-252, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a13v3060.pdf>>. Acesso em: 26/11/2013.

ZUCCHETTI, D. T. **A pedagogia social e as racionalidades do campo socioeducativo**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: v.13, n.38, maio/agosto 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/15.pdf>> Acesso em: 23/11/2013